

sionais, que emprestaram seus livros, uma biblioteca especializada sobre o ensino da Geografia.

Como parte integrante das atividades do seminário, foram realizadas várias excursões, que visaram o duplo objetivo de (1) permitir aos participantes conhecer algumas regiões típicas do país que os hospedou e (2) ensinar maior aproximação entre os membros do seminário. As excursões efetuadas foram as seguintes:

22 a 23 de julho: Excursão a Ottawa.

27 de julho: Excursão a Stanstead e visita à sede do curso de férias de Geografia.

3 a 6 de agosto: Excursão a Toronto e quedas do Niágara.

12 e 13 de agosto: Excursão a Quebec, às quedas de Montmorency e ao Santuário de Sainte-Anne de Beaupré.

15 de agosto: Visita a Montreal e viagem fluvial pelo pôrto de Montreal.

24 a 29 de agosto: Visita a Washington e Lake Success, sob o patrocínio da National Education Association dos E. U. A.

Atividades geográficas do Conselho Nacional de Geografia

Houve, no correr da X Assembléia Geral do Conselho, realizada em setembro do corrente, duas palestras sobre as atividades do C.N.G. nos campos da Cartografia e da Geografia. Uma foi levada a efeito pelo Prof. ALÍRIO DE MATOS, e a outra, cujo texto vai publicado em seguida, foi pronunciada pelo Prof. FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES.

“Senhor presidente, senhores delegados regionais e federais, senhoras, senhores:

Não se trata de uma conferência. Aliás o programa fala mesmo em palestra. O título, porém, de “Atividades geográficas do C.N.G.” sugere qualquer coisa assim como um relatório. Desejo contudo, tranqüilizar os ouvintes. Procurarei fazer o menos possível um relatório; fazer de fato uma palestra, não sobre as atividades, em série, que o Conselho tem realizado, mas sobre o gênero de atividades que tem desenvolvido. Aliás não falarei de todo o Conselho de Geografia, mas apenas de sua Secretaria-Geral, pois que as atividades dos órgãos regionais serão muito mais apropriadamente relatadas pelos próprios delegados regionais.

1. Geografia e Cartografia

Preliminarmente, como constam do programa duas palestras — uma, sobre as atividades geográficas do Conselho, outra, sobre suas atividades cartográficas, poderá haver alguma estranheza. Com efeito, se o Conselho é de “Geografia”, poderia parecer que tais “atividades geográficas” correspondem a tudo que o Conselho faz; no entanto, a existência de uma segunda palestra sobre

“atividades cartográficas” indica que a primeira não tratará de tudo aquilo que faz o Conselho, mas sim apenas de uma parte e ainda que há uma distinção a fazer entre Geografia e Cartografia.

Tudo isso provém de dois sentidos dados à palavra “Geografia”: um amplo e um restrito. Realmente, *latu sensu*, e também no sentido tradicional — pelo menos até o princípio do século XIX —, a Geografia abrange a Cartografia. *Strictu sensu*, porém, e de acordo com o conceito moderno, as duas disciplinas são consideradas separadamente.

Essa distinção resultou simplesmente do grande desenvolvimento que tomaram as ciências geográficas, sobretudo no século passado, desde HUMBOLDT e RITTER, os dois fundadores da Geografia moderna. Tornou-se necessária uma divisão dos dois campos. Hoje em dia, em todos os centros científicos, principalmente nas Universidades dos Estados Unidos e da Europa, distinguem-se nitidamente as duas disciplinas. Como exemplo, poderei citar as palavras de HARTSHORNE, um dos maiores mestres da metodologia geográfica moderna, que afirma categoricamente “não ser a Cartografia parte da Geografia, da mesma forma que a Estatística não é parte da Economia”. Quer a Cartografia quer a Estatística são instrumentos básicos de que outras ciências se valem.

Ficaram assim distintamente separadas as atividades de uma e de outra destas duas disciplinas. Cabe à Geografia aquela velha tarefa de descrever a superfície da terra, e também, de acordo com o sentido moderno,

de interpretá-la, isto é, interpretar os fenômenos que distribuem sobre essa superfície; ao passo que à Cartografia, no seu sentido mais amplo, cabem tôdas as atividades da mensuração sobre a superfície da terra (atividades geodésicas, topográficas, etc.) destinadas à representação dessa superfície segundo cartas ou mapas, constituindo essa representação a Cartografia propriamente dita.

Cartógrafos e geógrafos, hoje em dia, têm formações científicas diferentes. Os primeiros baseiam-se essencialmente na matemática; os outros, nas ciências naturais e sociais. Ambos se completam, sem dúvida, e ambos devem trabalhar em plena harmonia. Trata-se, aliás, unicamente de uma questão de divisão do trabalho. Esta separação que se faz atualmente não implica em nenhum dissídio, mas simplesmente da necessidade de especialização, segundo a tendência geral que se observa em todos os campos científicos.

Em consequência dessa crescente especialização, já no próprio campo cartográfico surge uma outra distinção, entre aqueles que fazem as mensurações e os que organizam propriamente os mapas. Faltam ainda em nossa língua palavras que indiquem claramente essa distinção. Os ingleses e americanos, usam, por exemplo, *surveying e mapping* para discriminar as duas atividades. Entre nós, até hoje, não encontramos expressões correntemente aceitas para designar as duas profissões referentes ao campo cartográfico. O Conselho ensaiou, por exemplo, a denominação de "geometrista" para todos aqueles que se dedicam às mensurações e a de "cartógrafo", propriamente dito, para aqueles que se dedicam à organização de cartas, diretamente. Tais designações correspondem, aliás, a duas carreiras profissionais do Conselho de Geografia. Quanto à outra carreira, a de "geógrafo", propriamente dito, cabe-lhe a tarefa de descrever e interpretar os fatos da superfície terrestre, como disse há pouco, sem se dedicar especificamente à confecção de mapas básicos.

Essa distinção entre os dois campos repercutiu na própria organização da Secretaria Geral do Conselho e assim é que temos duas divisões técnicas: a Divisão de Geografia e a Divisão de Cartografia, compondo o Serviço de Geografia e Cartografia, criado em 1944. A palestra presente, portanto, tratará apenas das atividades da Divisão de Geografia. Ouviremos, posteriormente, pela

abalizada palavra do Prof. ALÍRIO DE MATOS, o relato sobre as atividades da Divisão de Cartografia.

Vejamos por conseguinte, *as características gerais dos trabalhos* que realizamos.

2. *Trabalhos de campo e de gabinete*

Em primeiro lugar, cumpre salientar a grande ênfase que se dá atualmente aos trabalhos de campo em Geografia. Tal orientação é ainda muito recente. Podemos dizer que somente a partir de 1947 os trabalhos de campo se desenvolveram de modo sistemático. Até então, com o reduzido pessoal que tínhamos e também com o deficiente material de que dispúnhamos, dedicávamos-nos mais à compilação.

Hoje em dia não se abandona a compilação, é claro, pois não partimos do zero. Antes de nós, e já por mais de um século, cientistas eminentes têm percorrido o território, têm feito observações valiosas e é sempre necessário conhecer tudo que fizeram e aproveitar tudo que é aproveitável, partindo daí para novas aquisições. Mas o fato é que com a compilação pura e simples não faremos avançar a ciência, não aumentaremos em nada o conhecimento do território; apenas organizaremos de maneira mais acessível, sem dúvida, aquelas observações. Só se melhora, de fato, o conhecimento do território com os trabalhos de campo.

O trabalho de campo do geógrafo é um tanto diferente do trabalho de campo do cartógrafo, ou melhor, do geometrista. Êle não faz mensurações sistemáticas, a não ser ocasionalmente; seus instrumentos, por excelência, são simplesmente os olhos. A tarefa principal do geógrafo é a observação. Isto parece muito simples, mas exige, no entanto, uma longa aprendizagem. Saber observar é realmente difícil, sobretudo distinguir, dentre a complexidade dos fatos que se apresentam na paisagem, aqueles que realmente têm significação. Mais difícil ainda é saber concluir dos fatos que se observam.

Êste é o primeiro aspecto que desejo salientar, isto é, a ênfase dada atualmente aos trabalhos de campo.

3. *Geografia Geral e Geografia Regional*

Em segundo lugar tratarei dos dois tipos de trabalho geográfico, isto é, da Geografia Geral e da Geografia Regional.

Se insisto em falar dêste assunto, é porque sôbre êle ainda se enunciam, com frequência, muitos conceitos errôneos. E' comum, por exemplo, ouvir-se dizer que a Geografia Regional é a moderna, a utilitária, sendo a outra — a Geral ou Sistemática — coisa do passado e de caráter acadêmico.

E' necessário, portanto, sempre voltar a êste assunto e salientar que tal afirmação é um erro. Ambos os tipos de trabalho geográfico são essenciais. Trata-se, aliás, de um dualismo apenas de método e não de essência: a Geografia Sistemática emprega um método mais analítico; a Geografia Regional tem um caráter mais sintético.

O fato é que uma Geografia não vive sem a outra. Ambas são, aliás, antigas, e têm evoluído, avançando ora uma ora outra, mas com uma resultante geral sempre progressiva.

Modernamente, podemos observar, por exemplo, na França, onde a Geografia Regional teve um florescimento extraordinário, uma ênfase maior dada à Geografia Geral ou Sistemática. Já nos Estados Unidos a tendência atual é dar-se um maior desenvolvimento à Geografia Regional. Entre nós, consideramos ambos os trabalhos necessários e usamos os dois tipos de métodos. Tanto fazemos estudos sistemáticos sôbre todo o território, isto é, sôbre assuntos diversos, relativos ao clima, à vegetação, à população, etc., como realizamos trabalhos de síntese sôbre as regiões geográficas.

Poder-se-ia dizer que não era necessário que os geógrafos viessem fazer êstes estudos sistemáticos, pois a população poderia ser estudada pelos demógrafos, a vegetação pelos botânicos, o clima pelos meteorologistas, etc. A verdade, entretanto, é que todos êstes cultores das chamadas ciências especializadas ou sistemáticas perdem o ponto de vista do conjunto; cada um dêles se especializa e deixa de ver os outros aspectos correlatos. Cabe ao geógrafo o papel de coordenador, por excelência, observando principalmente as relações entre êsses diversos fatos estudados pelos cientistas sistemáticos.

Num país novo como o Brasil, o geógrafo além disso, muitas vezes tem que fazer o papel de pioneiro, suprindo a falta dêsses cientistas. Assim é comum em nossas excursões através das regiões ainda não percorridas por geólogos, procurar fazer também algum trabalho geológico, valendo-nos da base que todos devemos ter, embora elementar, em Geologia; colhemos, pois, amostras de rochas e as enviamos aos especialistas, que

as examinarão. Fazemos a mesma coisa quanto a estudos botânicos ou quanto às observações do solo, etc.

No que se refere ao outro tipo de estudos, isto é, à Geografia Regional, estamos em cheio no campo geográfico. Temos aí uma função que é exclusiva do geógrafo: estudar as unidades geográficas chamadas *regiões*, as características de cada uma delas e sua subdivisão, em estudos cada vez mais pormenorizados.

4. Sentido utilitário da Geografia

A palavra de ordem atualmente é "Geografia a serviço do homem". No caso do Conselho, instituição oficial, isto se transforma em "Geografia a serviço da Administração".

Êsse aspecto é sempre olhado de perto com grande interesse pelos servidores do Conselho. Com isso não queremos dizer que abandonamos a ciência pura. Muito pelo contrário! Antes de tudo, é preciso "conhecer" mesmo que êste conhecimento, à primeira vista não implique em utilização imediata. As aplicações surgem depois, muitas vezes quando menos se espera.

Para que haja ciência aplicada, é indispensável que haja antes ciência pura; é necessário que haja o que aplicar. A ciência pura é a fonte. Se ela se estanca um dia, também já não há mais o que aplicar e cessa a ciência aplicada.

Estou falando em ciência geográfica, mas muitas vezes surgem opositores a dizer que a Geografia não é ciência. De minha parte, isto não me preocupa muito. Usando, ainda, uma frase de HARTSHORNE, poderia dizer que "não estamos muito interessados em títulos". Ciência, arte, ou seja o que fôr, o que é indiscutível é a utilidade da Geografia.

Ambos os tipos de trabalho que citei há pouco são passíveis de assumir caráter utilitário.

Na Geografia Sistemática ou Geral, fazemos estudos básicos para solução de problemas determinados: assim, por exemplo, para o estudo da colonização, do saneamento, do reflorestamento, etc. Evidentemente, são estudos que servem "de base" a estas realizações. Tôdas estas atividades serão realizadas por outros, mas o geógrafo entra com uma contribuição fundamental para a solução de cada problema.

Quanto aos estudos regionais, são básicos para a valorização de regiões, assunto hoje na ordem do dia. Vemos, por exemplo, que há uma comissão especial designada para o estudo da valorização da Amazônia, outra para o da bacia do São Francisco, com há também uma repartição especializada para o estudo das regiões semi-áridas do Nordeste e assim por diante. Em todos estes casos, a Geografia Regional entra com o elemento fundamental, como base para o que se chama o planejamento regional. E' este, para muitos, o papel principal do geógrafo, atualmente — a sua contribuição para o planejamento.

Muitos trabalhos de planejamento têm malgrado devido à não colaboração do geógrafo e ao esquecimento dos aspectos geográficos do problema. O aspecto fundamental é que a superfície terrestre não é homogênea. As regiões são diferentes e têm possibilidades diferentes. Fazer tal afirmação não significa declarar-se determinista. Sabe-se, com efeito, que há outra escola que se opõe à determinista, e que se chama justamente escola possibilista.

As possibilidades diferentes que apresentam as regiões devem ser levadas em consideração em qualquer planejamento. Deixando de levar em conta o fato de que as regiões são naturalmente diferentes e que a Geografia se ocupa principalmente do estudo dessas diferenças regionais e das causas dessas diferenças, é que muitos ainda não avaliam devidamente o valor da Geografia. Para o grande público, devemos confessá-lo, a Geografia ainda é considerada aquela antiga disciplina que servia para martirizar os estudantes, fazendo-os decorar listas intermináveis de nomes e acidentes.

Os geógrafos têm diante de si uma grande tarefa. Em primeiro lugar, cumpre-lhe fazer conhecida a geografia e fazer compreender o seu papel, sua utilidade. A propósito, citarei um episódio ocorrido recentemente, com o Prof. LEO WAIBEL, grande geógrafo que esteve contratado pelo Conselho, durante 4 anos. Encontrou-se êle, numa excursão perto do Rio, com um geólogo vindo da Alemanha, há pouco tempo. Após as apresentações, e quando êle mencionou sua profissão de "geógrafo", o outro perguntou: "Mas afinal, o que é que o senhor faz? Qual a sua atividade?" Não tinha a menor idéia de que a Geografia pudesse ser uma profissão como a d'êle, geólogo. Se assim é para cientistas, não admira que para o grande público ainda

permaneça o desconhecimento do que seja a Geografia.

Não só no Brasil, mas também em outros países mais adiantados do que nós atualmente, a tendência para utilizar os geógrafos em comissões de planejamento é cada vez maior. Assim é nos Estados Unidos, na Inglaterra, onde o êxito tem sido bastante grande, e começa a ser assim também na Alemanha e na França. Quanto ao Brasil, não nos podemos queixar. Essa compreensão está até vindo mais depressa do que poderíamos esperar. Basta citar rapidamente uma série de órgãos do Serviço Público com os quais o Conselho tem sido chamado a cooperar neste gênero de trabalho: o Conselho de Imigração e Colonização, a Comissão de Estudos sobre a Localização da Nova Capital, a Comissão de Valorização da Amazônia, a Comissão do Vale do São Francisco, a Cia. Hidro-Elétrica de Paulo Afonso. Inicia-se, agora, a colaboração com a Secretaria de Agricultura do Estado do Rio para a valorização da Baixada Fluminense. Muitas vezes tem havido colaboração com os Estados Maiores, seja da Aeronáutica, seja do Exército. Recentemente, tivemos a satisfação de saber que havia sido criada uma Secção de Geografia e História no Estado Maior do Exército, com a qual o Conselho já iniciou relações esperando poder apresentar uma contribuição realmente útil.

5. Organização da Divisão de Geografia

Antes de expor as atividades geográficas do Conselho, desejo dizer alguma coisa sobre a maneira como está organizada a Divisão de Geografia.

Lembro, para que se compreenda a organização atual, em traços muito ligeiros a sua evolução. A Secretaria Geral do Conselho nasceu, como lembrou há pouco o Dr. RAFAEL XAVIER, de uma pequena secção do Ministério da Agricultura, a Secção de Estatística Territorial, chefiada desde o seu início, em 1933, pelo Dr. CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO, sendo diretor do Serviço de Estatística da Produção, o Dr. RAFAEL XAVIER. Aquela secção foi a célula de onde se originou o Conselho. A Divisão de Geografia, por sua vez, nasceu de uma outra célula, a Secção de Estudos Geográficos, criada em 1939, hoje em dia desdobrada nas 7 secções que compõem a Divisão.

Esta só em 1948 foi efetivamente instalada, com tôdas as suas secções funcionando

regularmente, especialmente as 5 secções regionais, as mais novas, cuja missão é estudar especialmente cada uma das grandes regiões brasileiras. Cada uma delas compreende um grupo especializado de geógrafos, dedicados a um desses imensos tratos de território, que constituem as cinco regiões brasileiras tradicionais.

Evidentemente, cada secção regional tem uma tarefa imensa. Basta lembrar que a região Norte, por exemplo, tem quase as dimensões de um continente. Se outras são menores, por sua vez os problemas são muito maiores quanto à parte humana, pois que se acham mais densamente ocupadas. A Secção de Estudos é especializada sobretudo nos trabalhos de Geografia Sistemática ou Geral. Uma nova Secção, a de Cálculos e Ilustrações, auxilia as demais em tudo que se refere à parte de cálculos e também quanto a mapas especiais. Esses mapas especiais não fazem concorrência aos da Divisão de Cartografia, pois são cartas de caráter interpretativo, quanto às categorias de fenômenos: mapas climáticos, mapas de vegetação, de distribuição de população, etc.

6. Realizações

Quanto às realizações, conforme prometi no início desta palestra, não pretendo citar-lhes uma lista, pois para isto há os relatórios publicados anualmente.

Lembrarei apenas algumas das atividades que dão bem idéia do que se faz na Divisão de Geografia. Por exemplo, a Divisão Regional do Brasil, tarefa grandiosa que levou alguns anos até que se chegasse a uma aprovação geral e que desde 1945 se acha adotada não só pelo Conselho de Geografia, como pelo Conselho de Estatística e ainda por muitos outros órgãos do serviço público.

Lembro ainda os estudos para a delimitação dos novos territórios federais. Nem todos sabem que os territórios federais foram criados sem publicidade prévia, mas que, depois de sua criação, a Presidência da República dirigiu-se ao Conselho, solicitando-lhe pronunciamento quanto aos limites adotados. Realizaram-se então estudos, do ponto de vista geográfico, e propuseram-se novos limites, que foram integralmente aceitos.

Assinalo, dentre as realizações mais recentes, a delimitação da Amazônia. Este foi um trabalho pedido pela Comissão de Valoração da Amazônia, que desejava saber o que

vem a ser, afinal de contas, a Amazônia, isto é, qual a área na qual devem ser despendidos aqueles 3% do orçamento da União, que a Constituição determina sejam gastos anualmente na região. Foi então dado à Comissão de Valoração, pelo Conselho, um primeiro estudo da delimitação, que atualmente está sendo aperfeiçoado. Outro exemplo: os filmes geográficos em cores, iniciados pela Divisão em 1948, os primeiros feitos no Brasil com orientação estritamente geográfica.

Quero referir-me agora especialmente aos empreendimentos que interessam mais de perto à Assembléia, isto é, às atividades de 1949, pois que as anteriores já são de seu conhecimento. O trabalho no qual temos concentrado a maior parte dos servidores das Secções Regionais é o estudo da colonização do Brasil. Assim têm sido realizados os trabalhos de campo intensivamente, não só no Sul, nos estados em que a colonização é mais importante, como no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, como também no centro e sudoeste de Goiás, leste de Mato Grosso e Espírito Santo. Todo este trabalho tem por fim chegar afinal ao atlas geral da colonização do Brasil. Esse atlas terá por fim fornecer aos estudiosos da colonização, de maneira mais cômoda, tudo aquilo que deve servir de base ao planejamento da colonização. Tais estudos tiveram como orientador científico o Prof. LEO WAIBEL, com larga experiência do assunto em outras regiões, especialmente na América Central, e que, até recentemente, trouxe seu concurso e sua experiência aos nossos técnicos.

Prosseguem, como disse há pouco, os trabalhos sobre a Hiléia Amazônica, dessa vez de modo mais pormenorizado, com o auxílio de fotografias aéreas, que fornecem uma grande contribuição aos estudos geográficos, "trazendo o campo ao gabinete", por assim dizer. Com auxílio das fotografias, tem-se procurado determinar progressivamente qual seja a área de fato coberta pela floresta amazônica e os resultados têm sido surpreendentes, mostrando uma realidade bastante diversa da que é representada nas cartas esquemáticas, até então feitas.

A Divisão continuou a dar especial atenção aos trabalhos sobre a distribuição demográfica. Terei ocasião de mostrar, dentro em pouco, alguns tipos de mapas diversos, relativos à população. Outros estudos referem-se à vegetação, assunto básico para a geografia do Brasil, pois que mesmo na sua for-

ma mais simples de classificação — a distinção entre mata e campo —, constitui a chave para a primeira classificação que se pode fazer no Brasil sobre a qualidade do solo. Esta simples classificação já é de utilidade muito grande para que se possam avaliar as possibilidades das diversas regiões.

Ênfase especial tem sido dada aos estudos sobre o "uso da terra", tema ainda novo entre nós. Êsse estudo é feito, não segundo os produtos, mas segundo os tipos de ocupação do solo, especialmente o sistema agrícola adotado, como seja rotação de terras, rotação de culturas, etc. Êste tema apresenta agora um interesse muito especial. Basta dizer que a União Geográfica Internacional tem um comitê especial para êste assunto, composto de cinco geógrafos de renome mundial, dentre os quais o Prof. LEO WAIBEL, que se reuniu o ano passado nos Estados Unidos e redigiu uma série de recomendações a serem adotadas nos diversos países para estudo sobre o uso da terra. Igualmente, a 1.^a Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia, votou uma resolução nesse sentido para que todos os países americanos se esforçassem em desenvolver êsse gênero de estudos. Tudo isto está relacionado ainda com a aplicação do famoso Ponto 4 de TRUMAN, ou seja, a valorização de regiões pouco desenvolvidas. Antes de mais nada, o estudo do uso da terra e a confecção de mapas tão detalhados quanto possível, referentes à utilização do solo, constituem a base para qualquer planejamento em torno do citado Ponto 4.

Lembro ainda, dentre as atividades recentes da Divisão de Geografia, a participação em congressos internacionais realizados no ano passado — o 16.^o Congresso Internacional de Geografia, em Lisboa — e a 1.^a Reunião Pan-Americana de Consulta, nesta capital. Além disso, uma série de outros certames nacionais nos quais a Divisão se fez representar, quer por funcionários, quer com trabalhos.

Atualmente, os esforços da Divisão são principalmente concentrados no atlas geral de colonização, tarefa para alguns anos, esperando terminar ainda êste ano a parte referente ao Paraná. Outra grande tarefa é a que provém do convênio com a Comissão do Vale do São Francisco. Temos aí uma grande responsabilidade a enfrentar, qual seja a de fornecer os elementos geográficos para êsse grande empreendimento que é a valorização da bacia do São Francisco. Ensaiam-se estu-

dos para empreendimento análogo na Baixada Fluminense. Ainda recentemente, por solicitação do governador do Amapá enviamos um grupo de funcionários da Secção Regional Norte, com o encargo de redigir uma monografia regional sobre o Amapá, tendo em vista também o planejamento econômico daquele território.

Como exemplos de trabalhos realizados e em andamento, farei a apresentação de diferentes tipos de mapas especiais, comentando rapidamente cada um deles.

7. A formação de geógrafos

Devo lembrar, agora, uma outra importante função que exerce a Divisão de Geografia.

Para que possa realmente fazer face às suas responsabilidades, a Divisão tem sido ao mesmo tempo uma escola.

À primeira vista, pode parecer que essa atribuição não lhe caiba. Pois não existem já as Faculdades de Filosofia?

A realidade, entretanto, é que é muito longa e complexa a formação de verdadeiros geógrafos. O preparo adquirido nas Faculdades é uma base indispensável, mas não é suficiente. Daí a necessidade de um trabalho constante para o aprimoramento do corpo técnico da Divisão.

Prefiro repetir aqui as palavras que proferi por ocasião da cerimônia de instalação da Divisão de Geografia do Departamento Geográfico de Minas Gerais, em janeiro do corrente ano:

"A Geografia não é uma técnica, que comporte regras fixas, métodos estandardizados, que se possam depois aplicar mecânicamente. E', antes, uma ciência das mais complexas e difíceis. A constituição de um núcleo de geógrafos é tarefa lenta e penosa. Ninguém se torna geógrafo mediante a simples aquisição de conhecimentos, mesmo muito extensos, obtidos em leitura de livros ou ouvindo aulas teóricas. A formação do geógrafo exige um lento trabalho de educação, mediante o desenvolvimento de suas capacidades, até que êle adquira uma certa maneira peculiar de considerar os fatos que devem estudar. E' necessário que êle aprenda a ver, a observar os fatos da natureza, tornando-se capaz de, na imensa complexidade da paisagem, discernir aquêles fatos que são realmente significativos, saber colecioná-los e sobretudo tirar conclusões do que

observa. E' preciso que êle se torne capaz de constantemente realizar análise e síntese.

"Tal sagacidade, agudeza de percepção, precisão e ao mesmo tempo rapidez de raciocínio, capacidade de aprender o conjunto sem perder-se na multidão dos dados coligidos, tôdas essas qualidades só se adquirem mediante longo treinamento, no único laboratório de que dispõe o geógrafo — a natureza.

"E' certo que o geógrafo precisa de uma sólida base em uma série de ciências especializadas: geologia, hidrologia, meteorologia, botânica, zoologia, demografia, economia e outras mais; precisa ainda ler muito, sobretudo as obras dos grandes mestres da Geografia. Mas é somente no campo, praticando constantemente a observação, sob a direção de mestres de grande experiência, que êle pode chegar um dia a merecer o qualificativo de geógrafo".

Essa é a razão por que consideramos sempre a Divisão uma escola. Todos nós nos consideramos sempre estudantes em treinamento constante. Por isso, muitos funcionários têm sido enviados para o estrangeiro, aproveitando bôlsas de estudos, concedidas, quer pela França, quer pelos Estados Unidos, quer pelo Canadá.

Por outro lado, tem sido providenciada a vinda de professôres estrangeiros, dentre os quais cito os professôres RUELLAN e WAIBEL, que mais tempo têm permanecido entre nós, e cuja atuação teve como resultado o aperfeiçoamento de novos geógrafos, muito jovens ainda, mas com certa experiência, graças à direção de seus grandes mestres.

Além disso, há sempre, entre nós, os chamados seminários de estudo, que têm uma função muito importante, de estimular o espírito de pesquisa.

8. *O desenvolvimento dos estudos geográficos no Brasil.*

Para um país imenso como o Brasil, com as dimensões de um continente, será impos-

sível o conhecimento satisfatório das suas realidades geográficas, se contar apenas com serviços federais. E' necessário que em cada unidade da Federação exista um grupo de geógrafos militantes que dediquem sua vida profissional ao estudo da Geografia local, perfeitamente identificados com os problemas regionais.

Daí a necessidade de criar-se, em cada Departamento Regional de Geografia, uma Secção de Estudos Geográficos. Não basta, entretanto, que se criem novos órgãos do serviço público. Todo o êxito da obra dependerá do pessoal, se fôr composto de profissionais competentes e devotados à pesquisa científica.

Lembro, assim, novamente, o problema da formação do geógrafo. As Faculdades de Filosofia darão a base, mas as novas secções não poderão prescindir da orientação, durante um prazo mais ou menos longo, de geógrafos experimentados, que possam guiar, sobretudo nos trabalhos de campo, aquêles que se iniciam na prática da difícil ciência geográfica.

Tais guias são ainda muito poucos numerosos em nosso país. Não nos esqueçamos que o 1.º curso de Geografia em nível universitário foi criado em 1934, na Universidade de São Paulo, seguido pelo da Universidade do Distrito Federal no ano subsequente. E' assim muito recente a formação de centros de estudos geográficos em nível superior. Ao passo que nos meios europeus existe já uma tradição de tais estudos, com mais de um século.

O Conselho Nacional de Geografia é ainda, no mundo, o único instituto oficial de pesquisas geográficas. Nêle se realiza uma grande experiência, que é seguida com o maior interêsse pelos centros de estudos geográficos, não só do Brasil, como de outros países.

Estamos certos de que não os desapontaremos".

Novos consultores técnicos do C. N. G.

A X Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, realizada em setembro corrente, elegeu para o quadro de consultores técnicos do C.N.G. nas vagas deixadas pelos Drs. RODOLFO GARCIA, MÁRIO SARAIVA e JOÃO FILIPE PEREIRA, falecidos última-

mente, os professôres AGNELO BITTENCOURT, secção III — Bibliografia Geográfica; JOSÉ SETZER, secção XVII — Geografia Pedológica e Agrológica, e HILGARD O. STERNBERG, secção XXVII — Geografia das Calamidades, ficando assim completo o quadro que consta de quarenta consultores.